

ESP-REGIMENTO DE POLICIA MONTADA 9 DE JULHO

Edital 15/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2026	180172-ESP-REGIMENTO DE POLICIA MONTADA 9 DE JULHO	GUILHERME AUGUSTO RAMOS DOS ANJOS	01/04/2026 14:26 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		05700052404202652

1. Aquisição Ferraduras e ferramentas

PREGÃO
ELETRÔNICO
90015/2026

CONTRATANTE (UASG)
(180172)

OBJETO
Aquisição de ferraduras e ferramentas

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ Sigiloso

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 29/04/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
menor preço / por item

MODO DE DISPUTA:
aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

Sumário

- 1. DO OBJETO 3
- 2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
- 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 4

4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	9
7.	DA FASE DE JULGAMENTO	13
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	19
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	20
11.	DOS RECURSOS	21
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	21
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	25
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DE CHOQUE
REGIMENTO DE POLÍCIA MONTADA “9 DE JULHO”
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026.
(Processo Administrativo nº 057.00052404/2026-52)

Torna-se público que o(a) Polícia Militar do Estado de São Paulo, através do Regimento de Polícia Montada “9 de Julho”, por meio do(a) Seção de Finanças, sediado(a) Rua Jorge Miranda 238, Luz, São Paulo - SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subseqüentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de ferraduras e ferramentas para a seção de Ferradoria, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.
- 3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
 - 3.5.1. Para os itens, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
 - 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
 - 3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade

contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.1.1. Valor unitário e total do item
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
- 5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
- 5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.9.1. Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos na subdivisão acima.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores] entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de

Item1: R\$2,00

Item 2: R\$2,00

Item 3: R\$1,20

Item 4: R\$2,00

Item 5: R\$1,20

Item 6: R\$1,20

Item 7: R\$2,00

Item 8: R\$1,30

Item 9: R\$12,50

Item 10: R\$3,00

Item 11: R\$13,00

Item 12: R\$0,50

Item 13: R\$18,00

Item 14: R\$33,00

Item 15: R\$16,00

Item 16: R\$16,00

Item 17: R\$8,00

Item 18: R\$12,50

Item 19: R\$13,50

Item 20: R\$5,50

Item 21: R\$ 2,80

Item 22: R\$2,10

Item 23: R\$4,00

Item 24: R\$14,50

Item 25: R\$2,80

Item 26: R\$0,80

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;
- 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- 6.19.2.2. empresas brasileiras;
- 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.
- 6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital) definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.
- 6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.
- 6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. Sicaf;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e
- 7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.
- 7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.10.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
- 7.13. Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.13.3. Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.13.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.
- 7.14. Considerando a exigência de execução de prova de conceito na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.14.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.14.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.14.3. Não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas na documentação que integra este Edital como Anexo.
- 7.14.3.1. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na prova de conceito.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.
- 8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza,

comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

9.2.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou

da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico rpmonuge@policiamilitar.sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação] no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Multa Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 5% a 10% do valor do Contrato;

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 5% a 10% do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato;

(8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e

impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.12. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.17. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): rpmonge@policiamilitar.sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet <http://pncp.gov.br/app/editas>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos

de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.1.5.3. a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico do Diário Oficial..

- 14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;
 - 14.15.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;
 - 14.15.3. ANEXO III – Minuta de Nota de Empenho ;
 - 14.15.4. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;
 - 14.15.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

....., de de 20.....
[IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIANA GREANIN ROSTELLO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 01/04/2026 às 14:26:00.

ESP-REGIMENTO DE POLICIA MONTADA 9 DE JULHO

Termo de Referência 18/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2026	180172-ESP-REGIMENTO DE POLICIA MONTADA 9 DE JULHO	ALEXANDRE CORREA BORGHESAN	24/02/2026 14:50 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.00052404/2026-52

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Item em sigilo, será divulgado em momento oportuno em favor da competitividade licitatória.]

1.1. Aquisição de Ferraduras e Ferramentas para o REGIMENTO DE CAVALARIA "9 DE JULHO" - FERRADORIA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID. MEDIDA	QUANT.
1	Cravo E4 - tipo Europeu para fixação de ferradura, constituído em aço de baixo carbono, de acordo com a norma AISI/SAE 1005 / 1006, conferindo durabilidade e ao mesmo tempo maleabilidade, formato de cabeça Quadrada, medindo aprox. 47,5 mm. Cabeça do cravo com marcação do fabricante, de forma que permita a identificação digital do lado em que se encontra a guia. Corpo com bisel lateral, ponta sem bolinhas ou rebarbas e com guia em ângulo de 10 graus, acondicionadas em caixa contendo 200 unidades .	456795	Caixa C/ 200 Und	300
2	FERRADURA SXG SUPER PESADA Numeração 03 - formada a partir de barra chata de aço, com possibilidade de moldagem a frio, com baixo carbono, maleável, que cumpra a norma brasileira MR 250/NBR7007, dos padrões NBR ABNT(Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e com medida de 22,50 mm de largura (podendo variar entre 21mm e 23mm) x 9,30 mm de espessura (medidos na região dos talões e podendo variar entre 9.3mm e 10mm) rígida apenas nas Craveiras com canaletas de 4mm de profundidade, medindo aproximadamente 344 mm de perímetro, largura dos pontos extremos de 121 mm, altura da mão 127 mm e altura do pé 129 mm, guarda-casco na pinça, possuindo 08 furos retangulares, craveira prismática e com friso somente na região dos furos. Embaladas com plástico termo contraível formando um jogo de quatro ferraduras (02 peças em formato de mãos – mais arredondado e 02 em formato de pés – mais bicudo). Todas as ferraduras deverão conter a numeração e a marca do fabricante.	462128	Jogo C/ 04	100
	FERRADURA SXG SUPER PESADA Numeração 05 - formada a partir de barra chata de aço, com possibilidade de moldagem a frio, com baixo carbono, maleável, que cumpra a norma brasileira MR 250/NBR7007, dos padrões NBR ABNT(Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e com medida de 22,50 mm de largura (podendo variar entre 21mm e 23mm) x 9,30 mm de espessura (medidos na região dos talões e podendo variar entre 9.3mm e 10mm) rígida apenas nas Craveiras com canaletas de 4mm de profundidade, medindo		Jogo C/	

3	aproximadamente 363 mm de perímetro, largura dos pontos extremos de 127 mm, altura da mão 134 mm e altura do pé 136 mm, guarda-casco na pinça, possuindo 08 furos retangulares, craveira prismática e com friso somente na região dos furos. Embaladas com plástico termo contraível formando um jogo de quatro ferraduras (02 peças em formato de mãos – mais arredondado e 02 em formato de pés – mais bicudo). Todas as ferraduras deverão conter a numeração e a marca do fabricante.	482957	04	200
4	FERRADURA SXG SUPER PESADA Numeração 06 - formada a partir de barra chata de aço, com possibilidade de moldagem a frio, com baixo carbono, maleável, que cumpra a norma brasileira MR 250/NBR7007, dos padrões NBR ABNT(Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e com medida de 22,50 mm de largura (podendo variar entre 21mm e 23mm) x 9,30 mm de espessura (medidos na região dos talões e podendo variar entre 9.3mm e 10mm) rígida apenas nas Craveiras com canaletas de 4mm de profundidade, medindo aproximadamente 372 mm de perímetro, largura dos pontos extremos de 131 mm, altura da mão 137 mm e altura do pé 140 mm, guarda-casco na pinça, possuindo 08 furos retangulares, craveira prismática e com friso somente na região dos furos. Embaladas com plástico termo contraível formando um jogo de quatro ferraduras (02 peças em formato de mãos – mais arredondado e 02 em formato de pés – mais bicudo). Todas as ferraduras deverão conter a numeração e a marca do fabricante.	456793	Jogo C/ 04	300
5	FERRADURA SXG SUPER PESADA Numeração 07 - formada a partir de barra chata de aço, com possibilidade de moldagem a frio, com baixo carbono, maleável, que cumpra a norma brasileira MR 250/NBR7007, dos padrões NBR ABNT(Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e com medida de 22,50 mm de largura (podendo variar entre 21mm e 23mm) x 9,30 mm de espessura (medidos na região dos talões e podendo variar entre 9.3mm e 10mm) rígida apenas nas Craveiras com canaletas de 4mm de profundidade, medindo aproximadamente 382 mm de perímetro, largura dos pontos extremos de 134 mm, altura da mão 141 mm e altura do pé 143 mm, guarda-casco na pinça, possuindo 08 furos retangulares, craveira prismática e com friso somente na região dos furos. Embaladas com plástico termo contraível formando um jogo de quatro ferraduras (02 peças em formato de mãos – mais arredondado e 02 em formato de pés – mais bicudo). Todas as ferraduras deverão conter a numeração e a marca do fabricante.	482958	Jogo C/ 04	450
6	FERRADURA SXG SUPER PESADA Numeração 08 - formada a partir de barra chata de aço, com possibilidade de moldagem a frio, com baixo carbono, maleável, que cumpra a norma brasileira MR 250/NBR7007, dos padrões NBR ABNT(Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e com medida de 22,50 mm de largura (podendo variar entre 21mm e 23mm) x 9,30 mm de espessura (medidos na região dos talões e podendo variar entre 9.3mm e 10mm) rígida apenas nas Craveiras com canaletas de 4mm de profundidade, medindo aproximadamente 391mm de perímetro, largura dos pontos extremos de 137mm, altura da mão 144 mm e altura do pé 147 mm, guarda-casco na pinça, possuindo 08 furos retangulares, craveira prismática e com friso somente na região dos furos. Embaladas com plástico termo contraível formando um jogo de quatro ferraduras (02 peças em formato de mãos – mais arredondado e 02 em formato de pés – mais bicudo). Todas as ferraduras deverão conter a numeração e a marca do fabricante.	456794	Jogo C/ 04	500
7	FERRADURA SXG SUPER PESADA Numeração 09 - formada a partir de barra chata de aço, com possibilidade de moldagem a frio, com baixo carbono, maleável, que cumpra a norma brasileira MR 250/NBR7007, dos padrões NBR ABNT(Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e com medida de 22,50 mm de largura (podendo variar entre 21mm e 23mm) x 9,30 mm de espessura (medidos na região dos talões e podendo variar entre 9.3mm e 10mm) rígida apenas nas Craveiras com canaletas de 4mm de profundidade, medindo aproximadamente 410 mm de perímetro, largura dos pontos extremos de 144 mm, altura da mão 151 mm e altura do pé 154 mm, guarda-casco na pinça, possuindo 08 furos retangulares, craveira prismática e com friso somente na região dos furos. Embaladas com plástico termo contraível formando um jogo de quatro ferraduras (02 peças em formato de mãos – mais arredondado e 02 em formato de pés – mais bicudo). Todas as ferraduras deverão conter a numeração e a marca do fabricante	487464	Jogo C/ 04	170
8	FERRADURA SXG SUPER PESADA Numeração 11 - formada a partir de barra chata de aço, com possibilidade de moldagem a frio, com baixo carbono, maleável, que cumpra a norma brasileira MR 250/NBR7007, dos padrões NBR ABNT(Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e com medida de 22,50 mm de largura (podendo variar entre 21mm e 23mm) x 9,30 mm de espessura (medidos na região dos talões e podendo variar entre 9.3mm e 10mm) rígida apenas nas Craveiras com canaletas de 4mm de profundidade, medindo aproximadamente 429 mm de perímetro, largura dos pontos extremos de 151 mm nas mãos e nos pés, com altura da mão 158 mm e 161 mm no pé, guarda-casco na pinça, possuindo 08 furos retangulares, craveira prismática e com friso somente na região dos furos. Embaladas com plástico	487465	Jogo C/ 04	80

	termo contraível formando um jogo de quatro ferraduras (02 peças em formato de mãos – mais arredondado e 02 em formato de pés – mais bicudo). Todas as ferraduras deverão conter a numeração e a marca do fabricante.			
9	Esmerilhadeira Angular 7" (180 mm), 220V, potência mínima de 2.200W Produto novo, sem uso, em linha de fabricação; Categoria profissional ou industrial, apto para uso contínuo sob carga; Estrutura reforçada e sistema de ventilação adequado para dissipação térmica; Certificação do INMETRO, quando aplicável; Manual de instruções em língua portuguesa. O equipamento deverá atender, no mínimo, às seguintes características: Tensão: 220V (monofásica); Frequência: 50/60 Hz; Potência nominal mínima: 2.200W; Diâmetro do disco: 7" (180 mm); Velocidade sem carga: aproximadamente 8.500 rpm; Rosca do eixo: M14; 1 Chave de 2 pinos; Empunhadura lateral ajustável (mínimo 3 posições); Trava de eixo para substituição de disco; Capa de proteção ajustável; Sistema de dupla isolamento elétrica ou equivalente; Cabo elétrico com comprimento mínimo de 2 metros; Peso aproximado: até 6 kg; Fornecimento em embalagem original do fabricante; Entrega acompanhada de nota fiscal; Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação ; Dimensões (C x L x A): 473 x 200 x 140 mm Assistência técnica autorizada no território nacional. MAKITA ou Similar.	220257	UNIDADE	4
10	Gás de Cozinha Botijão 13 kg , composição básica Propano e Butano, altamente Tóxico e Inflamável; Fornecido Em Botijão; Cujas Formas de Fornecimento Deverá Ser Com Troca de Cilindro Vazio pelo Cilindro cheio e suas Condições deverão estar de Acordo com o Revendedor e de Acordo Com a Portaria Anp Nº 51, de 30.11.2016 e Botijão de Acordo Com Abnt Nbr 8866.	461652	BOTIJÃO 13KG	25
11	Machadinha , fabricada em aço carbono forjado de alta qualidade, encabeçamento em bucha plástica, o que resulta em anos de utilização sem perda da performance. Os fios do corte são afiados para garantir um corte superior. A outra ponta é utilizada para alargar os furos das craveiras quando necessário além de servir para a limpeza da sola e raniha. No tamanho Código 4.5 Comprimento da lamina 14,5 cm, olho OVAL (38x68 mm), com cabo de madeira medindo 90 Cm - Peso aproximado: 230g	218941	UNIDADE	5
12	Disco Flap Grão 80, discos com suporte em fibra de vidro e formato cônico. Grãos de zircônio que garantem maior vida útil. Capacidade de realizar desbaste e acabamento na mesma operação. Aplicação: Acabamento em Aço Inox, Acabamento em Alumínio, Acabamento em Metais Ferrosos, Acabamento em Metais Não Ferrosos, Remoção de Solda. Diâmetro em Milímetro: 115mm. Diâmetro do Furo em Milímetros: 22,23mm. Diâmetro do Furo em Polegadas: 7/8" Grão: 80 Rotação - RPM: 13300 Velocidade: 80 m/s - Utilizado Em Esmerilhadeira Angular para Desbaste e Acabamento de Ligas de Metais Ferrosos; Conforme Abnt Nbr 16195 e Iso 15635.	475835	UNIDADE	400
13	Torquês para Casco 14" , Tamanho 14 polegadas; Peso de 841gr; Fios das lâminas projetados para não se tocarem; Mandíbulas reforçadas, grandes, polidas e afiadas para um corte preciso; Reforço na região do pino de união; Acabamento fosco ou polido; Com aproximadamente 33 cm de comprimento, para cortar e aparar cascos de ANIMAIS(EQUINOS) . Embalada individualmente em caixas de papelão	391934	UNIDADE	16
14	Arrebitador para Cravos (PINÇA JACARÉ) ; Tamanho 12 polegadas; Peso de 721gr; Ferramenta com 02 astes, sendo que cada aste mede 34cm; Mandíbula plana e a outra em curva; Mandíbulas com dentes talhados; Acabamento fosco; Embalada individualmente em caixas de papelão reciclável	451988	UNIDADE	2
15	Torquês para Cortar Cravos ; Abertura de boca com 12 polegadas; Peso 430gr; Ferramenta composta por 02 astes com 28cm cada; Mandíbulas reforçadas para o corte de cravos; Reforço na região do pino de união; Acabamento fosco. Com cabos pintados para cortar, retirar e rebater cravos em ferraduras de Equinos. Embalada individualmente em caixas de papelão reciclável	472135	UNIDADE	5
16	Tenaz para Segurar Ferraduras 08 mm ; Tamanho 14 polegadas, medindo 41 x 4 x 3 cm; Pesando 671gr; Ferramenta composta por 02 astes, sendo que cada aste tem 40,8cm; Mandíbulas com meia lua interna para fixar melhor as ferraduras; Mandíbulas com abertura de 8 mm de forma que os cabos fiquem paralelos; Reforço na região do pino de união; Acabamento fosco; Embalada individualmente em caixas de papelão	461100	UNIDADE	2
17	Martelo para Ferrador - Com cabeça em aço GGD/S1, Peso aproximado de 250 gramas; Superfície de batida em ângulo com acabamento polido; Orelha em formato de "V" que facilite torcer e cortar cravo; Cabo de madeira com 15 polegadas, reforçado na região do olho do martelo; Acabamento fosco	391960	UNIDADE	13
18	Marreta para Forjar - Com cabeça em aço GGD/S1, Peso 1.093gr; Superfície de batida lisa e a outra arredondada com acabamento polido; Ferramenta formada por cabo de madeira de lei e cabeça, totalizando 44,5cm; Formatação da cabeça: 91mm de comprimento, 42mm de diâmetro e Raio de 21mm; Cabo de madeira de lei com 17,5 polegadas, reforçado e especialmente desenhado para ajuste à mão do ferrador, fixado com cunha; Acabamento fosco	460865	UNIDADE	4

19	Marreta Bola CROSS PEIN - Formato específico para formatação de guarda- cascos; Ferramenta formada por cabo e cabeça; Tamanho com cabo: 17 polegadas; Cabo de madeira de 15 polegadas; Desenho ergonômico que facilita o manejo e o conforto; Superfície de batida com 5 cm de comprimento com 13,2 cm de circunferência; Lado oposto em formato de bola medindo 10 cm de circunferência; Peso de 1.153gr; Acabamento cromado.	270710	UNIDADE	4
20	Faca LOOP Pequeno (RINETE) - Para casqueamento de Equídeos. Lâmina de aço com ângulo de corte especial para facilitar o casqueamento; Ganchos mais finos para um melhor trabalho na ranilha, com Formato Ovalado. Duplo corte para trabalho tanto por ferradores destros quanto canhotos, lamina com aproximadamente 60mm de comprimento, 19mm de largura na base e 11mm na ponta, Com tamanho total de aproximadamente 220mm (lâmina e cabo); Cabos de madeira ergonômicos, com apoio para polegares, fixado com dois arrebites de inox, com peso total de 97g, confeccionado em aço inox 420.	482933	UNIDADE	12
22	Faca para Casquear Direito (RINETE) - Com Tamanho Total de Aproximadamente 220mm (lamina e Cabo), Lâmina de aço polido em formato curvo, com ângulo em corte especial para facilitar o casqueamento com aproximadamente 62mm de comprimento, 17mm de largura na base e 9mm na ponta; Ganchos mais finos para um melhor trabalho na ranilha; Corte único para lado direito; Cabos de madeira ergonômicos, com apoio para polegares, com aproximadamente 158mm de comprimento, fixado com dois arrebites de inox, confeccionado em aço GGD/S1	482931	UNIDADE	10
22	Faca para Casquear Esquerdo (RINETE) - Com Tamanho Total de Aproximadamente 220mm (lamina e Cabo), Lâmina de aço polido em formato curvo, com ângulo em corte especial para facilitar o casqueamento com aproximadamente 62mm de comprimento, 17mm de largura na base e 9mm na ponta; Ganchos mais finos para um melhor trabalho na ranilha; Corte único para lado esquerdo; Cabos de madeira ergonômicos, com apoio para polegares, com aproximadamente 158mm de comprimento, fixado com dois arrebites de inox, confeccionado em aço GGD/S1	482932	UNIDADE	10
23	Grosa para Ferrador (BLACK MASTER) - Tamanho 14 polegadas; Tratamento Químico / térmico, composto por Óxido Preto, em aço altamente resistente, com a finalidade de dar maior resistência e durabilidade ao corte; Espiga com pintura branca para introdução de cabo resistente com extremo rosqueado; Tipo Lado Mais Grosso, dentes Verticais Grandes, afiados e Finos indicados para cascos úmidos. Com Lima Medindo Aproximadamente 36 Cm de Comprimento e 4,3 Cm de largura; Espiga de 6,5 Cm, com 6 Dentes por Linha; Com Espessura de Aproximadamente 0,5 Cm de Espessura; Peso Aproximado 670 Gr e borda preparada para arrebitar cravos Dentes verticais grandes de um lado para proporcionar um corte rápido e preciso. Lima do outro lado para dar polimento e acabamento; Bordas preparadas para criar rapidamente a cavidade para arrebitar os cravos, Lado de Grosar com Dureza de 650 à 850 Vickers.	478402	UNIDADE	60
24	Avental Ferrador em Couro - Avental de Proteção; Em couro legítimo, e reforçado nas pernas, com bolsos laterais e ímã para cravos.; Medindo Aproximadamente 1,20 Mts de Comprimento Por 60cm de Largura; Proteção do Usuário Contra Respingo de Solda e Graxa/óleos Fechamento Através de Tiras de Ajuste Na Cintura, Com Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho.	292676	UNIDADE	10
25	Jogo de Macho Manual HSS BSW 3/8" x16FPP - 3 Peças - Machos Manuais Aço Rápido de alta qualidade, Perfil semi seriado para uso geral; Especificação Técnica - Tipo: Manual; Medida Rosca (D): 3/8"; Passo Rosca: 16FPP; Tipo Rosca: BSW; Furo da Broca: 8,00mm; Comprimento Total (A): 70mm; Comprimento Corte (B): 22mm; Diâmetro Haste (C): 7mm; Quadrado (F): 5,5mm; Composição: jogo com 3 brocas (1º, 2º e 3º); Material: HSS; Aplicação: Metal; Norma: Din 351; Tipo Canal: Canal Reto; Direção Corte: Direito; Modelo: 100C; Marca: OSG ou similar.	477561	JOGO 3 PEÇAS	10

26	<p>Cartucho de gás para fogareiros e maçaricos 227g- composição química é uma mistura de Iso-butano 34%, Nor-Butano 63 %, Propano 3 %. Composição de gás mais pura e de maior qualidade. Cartucho de gás vertical Compatível com TODOS modelos de fogareiros e maçaricos. Possui válvula de segurança que permite o engate e desengate sem vazamentos. Capacidade de 227g, Altura aproximadamente: 20cm, Comprimento aproximadamente: 27cm. Com 05 (CINCO) Maçaricos Profissionais de alta temperatura, regulagem de chama, Design compacto e ergonômico, facilitando o manuseio, Construção em aço inoxidável para maior durabilidade, Bloqueio de segurança para prevenir ignições acidentais</p>	393248	UNIDADE	50
----	--	--------	---------	----

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.
- 1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

- 1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1. Os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto.

Da exigência de amostra(s)

- 4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra(s), que terá data, local e horário de realização do procedimento de avaliação divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.
- 4.3. A apresentação da amostra justifica-se para assegurar a garantia de que objeto atenda as especificações estabelecidas no edital.
- 4.4. Será exigida amostra dos itens 02 ao 08 - **FERRADURA SXG SUPER PESADA**, um jogo de quatro ferraduras (02 peças em formato de mãos – mais arredondado e 02 em formato de pés – mais bicudo).
- 4.5. A amostra poderá ser entregue no endereço Rua Jorge Miranda, 238 – Luz, São Paulo/ SP CEP: 01106-000 - FERRADORIA, no prazo limite de 5 (cinco) dia uteis, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- 4.6. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.
- 4.7. No caso de não haver entrega da(s) amostra(s) ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra(s) fora das especificações previstas, a proposta será recusada.
- 4.8. Serão avaliados aspectos como: resistência, durabilidade e a compatibilidade da ferradura com as necessidades dos animais, além disso será feito uma análise detalhada com o Paquímetro para ter certeza de que as especificações técnicas como formato, material, acabamento, espessura e comprimento estão de acordo com o Edital.

- 4.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 4.10. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 4.11. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 4.12. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 05 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

Subcontratação

- 4.13. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da NOTA DE EMPENHO, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: REGIMENTO DE POLICIA MONTADA "9 DE JULHO" FERRADORIA, situado na Rua Jorge Miranda, 238 - Bairro Luz, São Paulo - SP CEP: 01106-000.
De segunda a Sexta-feira das 08:00 às 17:00.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

- 6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (DEZ) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (VINTE) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal /Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será

considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Outras comprovações

8.22. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.22.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.22.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.22.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.22.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.22.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.22.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.22.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.
- 10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) UGE-180172 Regimento de Polícia Montada "9 de julho"
 - II) Fonte de Recursos: 150010001;
 - III) Programa de Trabalho: 180422;
 - IV) Elemento de Despesa: 339030;
- 10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CLEBER AIRES VIEIRA

Área Requisitante



Assinou eletronicamente em 24/02/2026 às 14:50:11.

ALEXANDRE CORREA BORGHESAN

Responsável Técnico



Assinou eletronicamente em 24/02/2026 às 11:19:38.

ESP-REGIMENTO DE POLICIA MONTADA 9 DE JULHO

Estudo Técnico Preliminar 11/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 057.00052404/2026-52

2. Descrição da necessidade

O Regimento de Policia Montada "9 de Julho" é uma unidade responsável pelo manejo e cuidado dos Equinos de todo Estado de São Paulo. Têm a finalidade de reprodução, criação, identificação, marcação, avaliação e toda a parte de cuidados médicos, cirúrgicos e sanitários, com o objetivo de deixa-los aptos para o Policiamento Ostensivo e Preventivo da Ordem Pública.

A Ferradoria é a seção responsável pelo Casqueamento e Ferrageamento dos Solípedes, esses procedimentos são importantes para a manutenção das estruturas do casco, do bom funcionamento do sistema locomotor trazendo um melhor equilíbrio ao solípede e também para a saúde e o bem-estar do animal, visando proteger e limpar o casco, além de ser uma ferramenta utilizada para corrigir e tratar problemas ortopédicos. A ferradura pode ajudar os animais a caminhar com mais firmeza e sem maiores dificuldades em solos irregulares, pedregosos e duros. Também auxilia no tratamento de muitos problemas de saúde, como a laminite, atrofia e abscessos. O casqueamento e ferrageamento são importantes para deixar os Solípedes aptos para o Policiamento Ostensivo e Preventivo, pois esta atividade provoca o desgaste dos cascos, devido ao atrito e impacto com o solo, garantindo a segurança do policial militar durante seu patrulhamento e um bom desempenho nos diversos policiamentos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
FERRADORIA	CLEBER AIRES VIEIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A aquisição das ferraduras e ferramentas se dará por meio da modalidade de Pregão Eletrônico, conforme condições, quantidades, exigências e estimativa estabelecidas, para suprir às necessidades de serviço dos ferradores e o abastecimento do estoque de ferraduras, pois a troca do ferrageamento é a cada 30 (trinta) dias, visando um atendimento satisfatório as peculiaridades desta unidade. A modalidade pretendida confere vantagens para administração pública, com o propósito de evitar perdas.

Neste processo contém as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação e o tipo de objeto a ser ofertado, não constando condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação, ou ainda, impertinentes ou irrelevantes para o objetivo da contratação, sendo também observadas as normas e referências existentes aplicáveis ao objeto. As especificações que referenciam a contratação estão descritas no Termo de Referência, anexo ao processo, bem como, os parâmetros a serem cumpridos com relação a entrega do objeto licitado. O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base na necessidade acima mencionadas, não possui natureza continuada, não havendo necessidade de prorrogação contratual.

Os materiais deverão ser entregues no REGIMENTO DE POLICIA MONTADA "9 DE JULHO" FERRADORIA situado na Rua Jorge Miranda, 238 - Bairro Luz, São Paulo - SP CEP: 01106-000.

5. Levantamento de Mercado

Atendendo à Portaria Normativa nº 40/2016, de 15 de fevereiro de 2017, que divulga novos procedimentos para contratação e aquisição de bens e serviços e a IN nº 73, de 05 de Agosto de 2020, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, foram realizadas as seguintes etapas:

a) A pesquisa de preços, a fim de atender a demanda do RPMON, ficou sob a responsabilidade da equipe de planejamento. Dessa maneira, procedemos a pesquisa de preços conforme instruído pela IN 73/2020.

b) Para realização dessa pesquisa, foram efetuadas as consultas no SITE GOVERNAMENTAL COMPRAS.GOV.BR, os itens que não possuíam preços pelo site do COMPRAS foram pesquisados em SITES da Internet e contato via EMAIL funcional.

c) Os principais filtros utilizados na presente pesquisa foram: Código do Material (CATMAT), Descrição do Item, Unidade de Fornecimento. A partir dos orçamentos obtidos foram escolhidos os valores de forma a atingir um valor aproximado à média observada anteriormente para compor a planilha de orçamentos.

6. Descrição da solução como um todo

A solução apresentada consiste na realização de procedimento licitatório, para aquisição de Ferraduras e Equipamentos fundamentais para Ferrageamento e Casqueamento dos Solípedes, com o objetivo de garantir a Saúde e o bem-estar animal deixando-os aptos para o Policiamento Ostensivo e Preventivo da Ordem Pública.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID. MEDIDA	QUANT.
1	Cravo E4 - tipo Europeu para fixação de ferradura, constituído em aço de baixo carbono, de acordo com a norma AISI/SAE 1005 / 1006, conferindo durabilidade e ao mesmo tempo maleabilidade, formato de cabeça Quadrada, medindo aprox. 47,5 mm. Cabeça do cravo com marcação do fabricante, de forma que permita a identificação digital do lado em que se encontra a guia. Corpo com bisel lateral, ponta sem bolinhas ou rebarbas e com guia em ângulo de 10 graus, acondicionadas em caixa contendo 200 unidades .	456795	Caixa C/ 200 Und	300
2	FERRADURA SXG SUPER PESADA Numeração 03 - formada a partir de barra chata de aço, com possibilidade de moldagem a frio, com baixo carbono, maleável, que cumpra a norma brasileira MR 250/NBR7007, dos padrões NBR ABNT(Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e com medida de 22,50 mm de largura (podendo variar entre 21mm e 23mm) x 9,30 mm de espessura (medidos na região dos talões e podendo variar entre 9.3mm e 10mm) rígida apenas nas Craveiras com canaletas de 4mm de profundidade, medindo aproximadamente 344 mm de perímetro, largura dos pontos extremos de 121 mm, altura da mão 127 mm e altura do pé 129 mm, guarda-casco na pinça, possuindo 08 furos retangulares, craveira prismática e com friso somente na região dos furos. Embaladas com plástico termo contraível formando um jogo de quatro ferraduras (02 peças em formato de mãos – mais arredondado e 02 em formato de pés – mais bicudo). Todas as ferraduras deverão conter a numeração e a marca do fabricante.	462128	Jogo C/ 04	100
	FERRADURA SXG SUPER PESADA Numeração 05 - formada a partir de barra chata de aço, com possibilidade de moldagem a frio, com baixo carbono, maleável, que cumpra a norma brasileira MR 250/NBR7007, dos padrões NBR ABNT(Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e com medida de 22,50 mm de largura (podendo variar entre 21mm e 23mm) x 9,30 mm de espessura (medidos na região dos talões e podendo variar entre 9.3mm e 10mm) rígida			

3	apenas nas Craveiras com canaletas de 4mm de profundidade, medindo aproximadamente 363 mm de perímetro, largura dos pontos extremos de 127 mm, altura da mão 134 mm e altura do pé 136 mm, guarda-casco na pinça, possuindo 08 furos retangulares, craveira prismática e com friso somente na região dos furos. Embaladas com plástico termo contraível formando um jogo de quatro ferraduras (02 peças em formato de mãos – mais arredondado e 02 em formato de pés – mais bicudo). Todas as ferraduras deverão conter a numeração e a marca do fabricante.	482957	Jogo C/ 04	200
4	FERRADURA SXG SUPER PESADA Numeração 06 - formada a partir de barra chata de aço, com possibilidade de moldagem a frio, com baixo carbono, maleável, que cumpra a norma brasileira MR 250/NBR7007, dos padrões NBR ABNT(Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e com medida de 22,50 mm de largura (podendo variar entre 21mm e 23mm) x 9,30 mm de espessura (medidos na região dos talões e podendo variar entre 9.3mm e 10mm) rígida apenas nas Craveiras com canaletas de 4mm de profundidade, medindo aproximadamente 372 mm de perímetro, largura dos pontos extremos de 131 mm, altura da mão 137 mm e altura do pé 140 mm, guarda-casco na pinça, possuindo 08 furos retangulares, craveira prismática e com friso somente na região dos furos. Embaladas com plástico termo contraível formando um jogo de quatro ferraduras (02 peças em formato de mãos – mais arredondado e 02 em formato de pés – mais bicudo). Todas as ferraduras deverão conter a numeração e a marca do fabricante.	456793	Jogo C/ 04	300
5	FERRADURA SXG SUPER PESADA Numeração 07 - formada a partir de barra chata de aço, com possibilidade de moldagem a frio, com baixo carbono, maleável, que cumpra a norma brasileira MR 250/NBR7007, dos padrões NBR ABNT(Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e com medida de 22,50 mm de largura (podendo variar entre 21mm e 23mm) x 9,30 mm de espessura (medidos na região dos talões e podendo variar entre 9.3mm e 10mm) rígida apenas nas Craveiras com canaletas de 4mm de profundidade, medindo aproximadamente 382 mm de perímetro, largura dos pontos extremos de 134 mm, altura da mão 141 mm e altura do pé 143 mm, guarda-casco na pinça, possuindo 08 furos retangulares, craveira prismática e com friso somente na região dos furos. Embaladas com plástico termo contraível formando um jogo de quatro ferraduras (02 peças em formato de mãos – mais arredondado e 02 em formato de pés – mais bicudo). Todas as ferraduras deverão conter a numeração e a marca do fabricante.	482958	Jogo C/ 04	450
6	FERRADURA SXG SUPER PESADA Numeração 08 - formada a partir de barra chata de aço, com possibilidade de moldagem a frio, com baixo carbono, maleável, que cumpra a norma brasileira MR 250/NBR7007, dos padrões NBR ABNT(Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e com medida de 22,50 mm de largura (podendo variar entre 21mm e 23mm) x 9,30 mm de espessura (medidos na região dos talões e podendo variar entre 9.3mm e 10mm) rígida apenas nas Craveiras com canaletas de 4mm de profundidade, medindo aproximadamente 391mm de perímetro, largura dos pontos extremos de 137mm, altura da mão 144 mm e altura do pé 147 mm, guarda-casco na pinça, possuindo 08 furos retangulares, craveira prismática e com friso somente na região dos furos. Embaladas com plástico termo contraível formando um jogo de quatro ferraduras (02 peças em formato de mãos – mais arredondado e 02 em formato de pés – mais bicudo). Todas as ferraduras deverão conter a numeração e a marca do fabricante.	456794	Jogo C/ 04	500
7	FERRADURA SXG SUPER PESADA Numeração 09 - formada a partir de barra chata de aço, com possibilidade de moldagem a frio, com baixo carbono, maleável, que cumpra a norma brasileira MR 250/NBR7007, dos padrões NBR ABNT(Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e com medida de 22,50 mm de largura (podendo variar entre 21mm e 23mm) x 9,30 mm de espessura (medidos na região dos talões e podendo variar entre 9.3mm e 10mm) rígida apenas nas Craveiras com canaletas de 4mm de profundidade, medindo aproximadamente 410 mm de perímetro, largura dos pontos extremos de 144 mm, altura da mão 151 mm e altura do pé 154 mm, guarda-casco na pinça, possuindo 08 furos retangulares, craveira prismática e com friso somente na região dos furos. Embaladas com plástico termo contraível formando um jogo de quatro ferraduras (02 peças em formato de mãos – mais arredondado e 02 em formato de pés – mais bicudo). Todas as ferraduras deverão conter a numeração e a marca do fabricante	487464	Jogo C/ 04	170
	FERRADURA SXG SUPER PESADA Numeração 11 - formada a partir de barra chata de aço, com possibilidade de moldagem a frio, com baixo carbono, maleável, que cumpra a norma brasileira MR 250/NBR7007, dos padrões NBR ABNT(Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e com medida de 22,50			

8	mm de largura (podendo variar entre 21mm e 23mm) x 9,30 mm de espessura (medidos na região dos talões e podendo variar entre 9.3mm e 10mm) rígida apenas nas Craveiras com canaletas de 4mm de profundidade, medindo aproximadamente 429 mm de perímetro, largura dos pontos extremos de 151 mm nas mãos e nos pés, com altura da mão 158 mm e 161 mm no pé, guarda-casco na pinça, possuindo 08 furos retangulares, craveira prismática e com friso somente na região dos furos. Embaladas com plástico termo contraível formando um jogo de quatro ferraduras (02 peças em formato de mãos – mais arredondado e 02 em formato de pés – mais bicudo). Todas as ferraduras deverão conter a numeração e a marca do fabricante.	487465	Jogo C/ 04	80
9	Esmerilhadeira Angular 7" (180 mm), 220V, potência mínima de 2.200W Produto novo, sem uso, em linha de fabricação; Categoria profissional ou industrial, apto para uso contínuo sob carga; Estrutura reforçada e sistema de ventilação adequado para dissipação térmica; Certificação do INMETRO, quando aplicável; Manual de instruções em língua portuguesa. O equipamento deverá atender, no mínimo, às seguintes características: Tensão: 220V (monofásica); Frequência: 50 /60 Hz; Potência nominal mínima: 2.200W; Diâmetro do disco: 7" (180 mm); Velocidade sem carga: aproximadamente 8.500 rpm; Rosca do eixo: M14; 1 Chave de 2 pinos; Empunhadura lateral ajustável (mínimo 3 posições); Trava de eixo para substituição de disco; Capa de proteção ajustável; Sistema de dupla isolamento elétrica ou equivalente; Cabo elétrico com comprimento mínimo de 2 metros; Peso aproximado: até 6 kg; Fornecimento em embalagem original do fabricante; Entrega acompanhada de nota fiscal; Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação ; Dimensões (C x L x A): 473 x 200 x 140 mm Assistência técnica autorizada no território nacional. MAKITA ou Similar.	220257	UNIDADE	4
10	Gás de Cozinha Botijão 13 kg , composição básica Propano e Butano, altamente Tóxico e Inflamável; Fornecido Em Botijão; Cuja Forma de Fornecimento Deverá Ser Com Troca de Cilindro Vazio pelo Cilindro cheio e suas Condições deverão estar de Acordo com o Revendedor e de Acordo Com a Portaria Anp Nº 51, de 30.11.2016 e Botijão de Acordo Com Abnt Nbr 8866.	461652	BOTIJÃO 13KG	25
11	Machadinha , fabricada em aço carbono forjado de alta qualidade, encabeçamento em bucha plástica, o que resulta em anos de utilização sem perda da performance. Os fios do corte são afiados para garantir um corte superior. A outra ponta é utilizada para alargar os furos das craveiras quando necessário além de servir para a limpeza da sola e ranilha. No tamanho Código 4.5 Comprimento da lamina 14,5 cm, olho OVAL (38x68 mm), com cabo de madeira medindo 90 Cm - Peso aproximado: 230g	218941	UNIDADE	5
12	Disco Flap Grão 80, discos com suporte em fibra de vidro e formato cônico. Grãos de zircônio que garantem maior vida útil. Capacidade de realizar desbaste e acabamento na mesma operação. Aplicação: Acabamento em Aço Inox, Acabamento em Alumínio, Acabamento em Metais Ferrosos, Acabamento em Metais Não Ferrosos, Remoção de Solda. Diâmetro em Milímetro: 115mm. Diâmetro do Furo em Milímetros: 22,23mm. Diâmetro do Furo em Polegadas: 7/8" Grão: 80 Rotação - RPM: 13300 Velocidade: 80 m/s - Utilizado Em Esmerilhadeira Angular para Desbaste e Acabamento de Ligas de Metais Ferrosos; Conforme Abnt Nbr 16195 e Iso 15635.	475835	UNIDADE	400
13	Torquês para Casco 14" , Tamanho 14 polegadas; Peso de 841gr; Fios das lâminas projetados para não se tocarem; Mandíbulas reforçadas, grandes, polidas e afiadas para um corte preciso; Reforço na região do pino de união; Acabamento fosco ou polido; Com aproximadamente 33 cm de comprimento, para cortar e aparar cascos de ANIMAIS(EQUINOS) . Embalada individualmente em caixas de papelão	391934	UNIDADE	16
14	Arrebitador para Cravos (PINÇA JACARÉ) ; Tamanho 12 polegadas; Peso de 721gr; Ferramenta com 02 astes, sendo que cada aste mede 34cm; Mandíbula plana e a outra em curva; Mandíbulas com dentes talhados; Acabamento fosco; Embalada individualmente em caixas de papelão reciclável	451988	UNIDADE	2
15	Torquês para Cortar Cravos ; Abertura de boca com 12 polegadas; Peso 430gr; Ferramenta composta por 02 astes com 28cm cada; Mandíbulas reforçadas para o corte de cravos; Reforço na região do pino de união; Acabamento fosco. Com cabos pintados para cortar, retirar e rebater cravos em ferraduras de Equinos. Embalada individualmente em caixas de papelão reciclável	472135	UNIDADE	5
	Tenaz para Segurar Ferraduras 08 mm ; Tamanho 14 polegadas, medindo 41 x 4			

16	x 3 cm; Pesando 671gr; Ferramenta composta por 02 astes, sendo que cada aste tem 40,8cm; Mandíbulas com meia lua interna para fixar melhor as ferraduras; Mandíbulas com abertura de 8 mm de forma que os cabos fiquem paralelos; Reforço na região do pino de união; Acabamento fosco; Embalada individualmente em caixas de papelão	461100	UNIDADE	2
17	Martelo para Ferrador - Com cabeça em aço GGD/S1, Peso aproximado de 250 gramas; Superfície de batida em ângulo com acabamento polido; Orelha em formato de "V" que facilite torcer e cortar cravo; Cabo de madeira com 15 polegadas, reforçado na região do olho do martelo; Acabamento fosco	391960	UNIDADE	13
18	Marreta para Forjar - Com cabeça em aço GGD/S1, Peso 1.093gr; Superfície de batida lisa e a outra arredondada com acabamento polido; Ferramenta formada por cabo de madeira de lei e cabeça, totalizando 44,5cm; Formatação da cabeça: 91mm de comprimento, 42mm de diâmetro e Raio de 21mm; Cabo de madeira de lei com 17,5 polegadas, reforçado e especialmente desenhado para ajuste à mão do ferrador, fixado com cunha; Acabamento fosco	460865	UNIDADE	4
19	Marreta Bola CROSS PEIN - Formato específico para formatação de guardacascos; Ferramenta formada por cabo e cabeça; Tamanho com cabo: 17 polegadas; Cabo de madeira de 15 polegadas; Desenho ergonômico que facilita o manejo e o conforto; Superfície de batida com 5 cm de comprimento com 13,2 cm de circunferência; Lado oposto em formato de bola medindo 10 cm de circunferência; Peso de 1.153gr; Acabamento cromado.	270710	UNIDADE	4
20	Faca LOOP Pequeno (RINETE) - Para casqueamento de Equídeos. Lâmina de aço com ângulo de corte especial para facilitar o casqueamento; Ganchos mais finos para um melhor trabalho na rasilha, com Formato Ovalado. Duplo corte para trabalho tanto por ferradores destros quanto canhotos, lamina com aproximadamente 60mm de comprimento, 19mm de largura na base e 11mm na ponta, Com tamanho total de aproximadamente 220mm (lâmina e cabo); Cabos de madeira ergonômicos, com apoio para polegares, fixado com dois arrebites de inox, com peso total de 97g, confeccionado em aço inox 420.	482933	UNIDADE	12
22	Faca para Casquear Direito (RINETE) - Com Tamanho Total de Aproximadamente 220mm (lamina e Cabo), Lâmina de aço polido em formato curvo, com ângulo em corte especial para facilitar o casqueamento com aproximadamente 62mm de comprimento, 17mm de largura na base e 9mm na ponta; Ganchos mais finos para um melhor trabalho na rasilha; Corte único para lado direito; Cabos de madeira ergonômicos, com apoio para polegares, com aproximadamente 158mm de comprimento, fixado com dois arrebites de inox, confeccionado em aço GGD/S1	482931	UNIDADE	10
22	Faca para Casquear Esquerdo (RINETE) - Com Tamanho Total de Aproximadamente 220mm (lamina e Cabo), Lâmina de aço polido em formato curvo, com ângulo em corte especial para facilitar o casqueamento com aproximadamente 62mm de comprimento, 17mm de largura na base e 9mm na ponta; Ganchos mais finos para um melhor trabalho na rasilha; Corte único para lado esquerdo; Cabos de madeira ergonômicos, com apoio para polegares, com aproximadamente 158mm de comprimento, fixado com dois arrebites de inox, confeccionado em aço GGD/S1	482932	UNIDADE	10
23	Grosa para Ferrador (BLACK MASTER) - Tamanho 14 polegadas; Tratamento Químico / térmico, composto por Óxido Preto, em aço altamente resistente, com a finalidade de dar maior resistência e durabilidade ao corte; Espiga com pintura branca para introdução de cabo resistente com extremo rosqueado; Tipo Lado Mais Grosso, dentes Verticais Grandes, afiados e Finos indicados para cascos úmidos. Com Lima Medindo Aproximadamente 36 Cm de Comprimento e 4,3 Cm de largura; Espiga de 6,5 Cm, com 6 Dentes por Linha; Com Espessura de Aproximadamente 0,5 Cm de Espessura; Peso Aproximado 670 Gr e borda preparada para arrebitar cravos Dentes verticais grandes de um lado para proporcionar um corte rápido e preciso. Lima do outro lado para dar polimento e acabamento; Bordas preparadas para criar rapidamente a cavidade para arrebitar os cravos, Lado de Grosar com Dureza de 650 à 850 Vickers.	478402	UNIDADE	60
24	Avental Ferrador em Couro - Avental de Proteção; Em couro legítimo, e reforçado nas pernas, com bolsos laterais e ímã para cravos.; Medindo Aproximadamente 1,20 Mts de Comprimento Por 60cm de Largura; Proteção do Usuário Contra Respingo de Solda e Graxa/óleos Fechamento Através de Tiras de Ajuste Na Cintura, Com Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho.	292676	UNIDADE	10

25	<p>Jogo de Macho Manual HSS BSW 3/8" x16FPP - 3 Peças - Machos Manuais</p> <p>Aço Rápido de alta qualidade, Perfil semi seriado para uso geral;</p> <p>Especificação Técnica - Tipo: Manual; Medida Rosca (D): 3/8"; Passo Rosca: 16FPP; Tipo Rosca: BSW; Furo da Broca: 8,00mm; Comprimento Total (A): 70mm; Comprimento Corte (B): 22mm; Diâmetro Haste (C): 7mm; Quadrado (F): 5,5mm; Composição: jogo com 3 brocas (1º, 2º e 3º); Material: HSS; Aplicação: Metal; Norma: Din 351; Tipo Canal: Canal Reto; Direção Corte: Direito; Modelo: 100C; Marca: OSG ou similar.</p>	477561	JOGO 3 PEÇAS	10
26	<p>Cartucho de gás para fogareiros e maçaricos 227g- composição química é uma mistura de Iso-butano 34%, Nor-Butano 63 %, Propano 3 %. Composição de gás mais pura e de maior qualidade. Cartucho de gás vertical Compatível com TODOS modelos de fogareiros e maçaricos. Possui válvula de segurança que permite o engate e desengate sem vazamentos. Capacidade de 227g, Altura aproximadamente: 20cm, Comprimento aproximadamente: 27cm. Com 05 (CINCO) Maçaricos Profissionais de alta temperatura, regulagem de chama, Design compacto e ergonômico, facilitando o manuseio, Construção em aço inoxidável para maior durabilidade, Bloqueio de segurança para prevenir ignições acidentais</p>	393248	UNIDADE	50

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: item em sigilo, será divulgado em momento oportuno em favor da competitividade]licitatória.]]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não há motivação técnica para o parcelamento, de modo que os itens devem ser entregues em parcela única, devido a demanda de atendimentos e a baixa quantidade de materiais no Deposito da Ferradoria, garantindo maior economia e vantagem à Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda. A presente contratação ocorre de forma independente, não havendo necessidade de qualquer outro processo licitatório para que possa surtir seus efeitos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Esta contratação está prevista no Plano Anual de Contratações de 2026 conforme Documento de Formalização de Demanda (DFD) 156 /2025, elaborado pela Equipe de Planejamento deste Regimento de Polícia Montada.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios a serem alcançados com a contratação primeiramente devem-se ao bem estar animal, acompanhamento da Saúde e Higiene dos cascos. O Regimento de Polícia Montada "9 de Julho" é responsável pelo manejo e cuidado dos Equinos de todo Estado de São Paulo e a Ferradoria é a seção responsável pelo Casqueamento e Ferrageamento dos Solípedes, esses procedimentos visam proteger e limpar o casco, além de ser uma ferramenta utilizada para corrigir e tratar problemas ortopédicos. A ferradura pode ajudar os animais a caminhar com mais firmeza e sem maiores dificuldades em solos irregulares, pedregosos e duros. Também auxilia no tratamento de muitos problemas de saúde, como a laminite, atrofia e abscessos. O casqueamento e ferrageamento são importantes para deixar os Solípedes aptos para o Policiamento Ostensivo e Preventivo, pois esta atividade provoca o desgaste dos cascos, devido ao atrito e impacto com o solo.

13. Providências a serem Adotadas

A providência a ser adotada é não causar a falta das ferraduras e ferramentas de ferrador, para não prejudicar o atendimento dos Equinos e manter o bem estar e a higiene dos cascos. A aquisição não demandará providências adicionais, além da designação do encarregado do Depósito para o recebimento, fiscalização e armazenamento dos materiais.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A preocupação com a sustentabilidade é crucial para mitigar os impactos ambientais e promover um desenvolvimento mais equilibrado, a produção de ferraduras é uma das atividades que utiliza recursos naturais como água, energia, minerais e solo. Desta forma, a fim de reduzir ou eliminar os impactos ambientais gerados deverão ser observados critérios de sustentabilidade. As ferraduras velhas retiradas dos animais são descartadas de formas sustentável, desta forma entendemos não haver impactos ambientais para tal contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A Ferradoria é a seção responsável pelo Casqueamento e Ferrageamento dos Solípedes, esses procedimentos são importantes para a manutenção das estruturas do casco, do bom funcionamento do sistema locomotor trazendo um melhor equilíbrio ao solípede e também para a saúde e o bem-estar do animal, visando proteger e limpar o casco, além de ser uma ferramenta utilizada para corrigir e tratar problemas ortopédicos. A ferradura pode ajudar os animais a caminhar com mais firmeza e sem maiores dificuldades em solos irregulares, pedregosos e duros. Também auxilia no tratamento de muitos problemas de saúde, como a laminite, atrofia e abscessos. O casqueamento e ferrageamento são importantes para deixar os Solípedes aptos para o Policiamento Ostensivo e Preventivo, pois esta atividade provoca o desgaste dos cascos, devido ao atrito e impacto com o solo, garantindo a segurança do policial militar durante seu patrulhamento e um bom desempenho nos diversos policiamentos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CLEBER AIRES VIEIRA

Área Requisitante



Assinou eletronicamente em 24/02/2026 às 14:49:12.

ALEXANDRE CORREA BORGHESAN

Responsável Técnico



Assinou eletronicamente em 24/02/2026 às 11:18:57.

ANEXO III



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO -

UG	180172 - REGIMENTO DE POLÍCIA MONTADA 9 DE JULHO									
Gestão	00001									
Data de Emissão										
CNPJ/CPF/UG										
Credor										
Endereço										
Cidade		UF		CEP						
Origem Material	*****									
Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI				
					180013	000.000.0100				
No Processo			Acordo							
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL		Ref Dispensa							
Licitação			Modalidade	1 - ORDINARIO						
Empenho Orig.			Nº Contrato		Nº OC					
Valor do Empenho R\$										
Cronograma										
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Mês</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							Mês	Valor		
Mês	Valor									
Sequência	001	Item		Unid. Forn.						
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total						
Descrição										

Planilha de Proposta de Preço

Pregão eletrônico nº RPMon – 90015/2026

Item	CadMat	Material	Quantidade	Unidade de Fornecimento	Valor Unitário	Valor Total
1	456795	CRAVO E4	300	Caixa 200 unidade		
2	462128	FERRADURA SXG SUPER PESADA Nº3	100	JOGO C/ 4		
3	482957	FERRADURA SXG SUPER PESADA Nº5	200	JOGO C/ 4		
4	456793	FERRADURA SXG SUPER PESADA Nº6	300	JOGO C/ 4		
5	482958	FERRADURA SXG SUPER PESADA Nº7	450	JOGO C/ 4		
6	456794	FERRADURA SXG SUPER PESADA Nº8	500	JOGO C/ 4		
7	487464	FERRADURA SXG SUPER PESADA Nº9	170	JOGO C/ 4		
8	487465	FERRADURA SXG SUPER PESADA Nº11	80	JOGO C/ 4		
9	220257	EMERILHADEIRA ANGULAR 7"	04	UNIDADE		
10	461652	GÁS DE COZINHA BOTIJÃO 13KG	25	UNIDADE		
11	218941	MACHADINHA	5	UNIDADE		
12	475835	DISCO FLAP GRÃO 8	400	UNIDADE		
13	391934	TORQUÊS PARA CASCO 14"	16	UNIDADE		
14	451988	ARREBITADOR PARA CRAVOS (PINÇA JACARÉ)	5	UNIDADE		
15	472135	TORQUÊS PARA CORTAR CRAVOS	5	UNIDADE		
16	461100	TENAZ PARA SEGURAR FERRADURAS 08MM	2	UNIDADE		
17	391960	MARTELO PARA FERRADOR	13	UNIDADE		
18	460865	MARRETA PARA FORJAR	4	UNIDADE		
19	270710	MARRETA BOLA CROSS PEIN	4	UNIDADE		
20	482933	FACA LOOP PEQUENO (RINETE)	12	UNIDADE		

21	482931	FACA DE CASQUEAR DIREITO (RINETE)	10	UNIDADE		
22	482932	FACA DE CASQUEAR ESQUERDO (RINETE)	10	UNIDADE		
23	478402	GROSA PARA FERRADOR (BLACK MASTER)	60	UNIDADE		
24	292676	AVENTAL PARA FERRADOR EM COURO	10	UNIDADE		
25	477561	JOGO DE MACHO MANUAL HSS BSW 3/8"	10	JOGO 3 PÇS		
26	393248	CARTUCHO DE GÁS P/ FOGAREIROS E MAÇARICOS 227g	50	UNIDADE		

Cidade, data.

VALIDADE DA PROPOSTA: Validade da Proposta – **60 dias corridos**

Nome completo e identificação do responsável:
Nome da empresa:
CNPJ da empresa:
Telefone:
Email:

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO (em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, na condição de representante legal de
_____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar
do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o
licitante:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data)

(Nome/assinatura do representante legal)